



PNAE¹ como instrumento pedagógico de fomento à saúde na educação básica de jovens brasileiros

Júlia Dall'Agnese²
Laura Morshak Vieira³
Heloísa Giron⁴

Resumo: *O PNAE é uma política pública que visa fornecer o acesso, a inclusão e a segurança alimentar para estudantes do ensino fundamental e médio através de ações de educação nutricional em escolas de ensino público. Concomitantemente, torna-se cada vez mais evidente o aumento de patologias evitáveis e de degradação ambiental presentes no Brasil que poderiam ser minimizadas com a troca de práticas e de saberes educacionais nas atuais e futuras gerações de educandos. Sendo assim, o ensaio se propõe a trazer reflexões acerca da importância do PNAE como política pública voltada para o contexto alimentar, o que o torna um alicerce para estabelecer conexões com a alimentação saudável e a responsabilidade socioambiental na formação de jovens nas escolas. Trabalha-se com a ideia de fomentar políticas públicas já existentes em um contexto de defasagem da educação básica no Brasil, além de trazer discussões sobre o desenvolvimento do campo propiciado pelo PNAE através do incentivo ao agricultor familiar. O artigo propõe, também como conclusão, utilizar essa ferramenta no processo de formação de saberes multidisciplinares, inclusão alimentar e debates político-sociais e ambientais.*

Palavras-chave: *educação básica. PNAE. Responsabilidade socioambiental. Alimentação escolar.*

PNAE as a pedagogical tool to promote health in the basic education of young brazilians

Abstract: *PNAE is a public policy that aims to provide food access, inclusion and safety to elementary and high school students through nutritional education actions in public schools. Associated to it, the rising of avoidable pathologies and environmental degradation becomes more evident in Brazil, which could be minimized with the exchange of educational practices and knowledge between generations of students. Thus, this essay aims to bring reflections about PNAE's importance as a food public policy,*

¹ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

² Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: dallagnesejulaa@gmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7412-1070>

³ Mestranda em Ciências da Saúde pela UFCSPA. Nutricionista pela UFCSPA. E-mail: lauramorshak@hotmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7506-9753>

⁴ Mestre em educação pela PUC-RS. Licenciada e Bacharel em Biologia pela Universidade de Caxias do Sul. E-mail: gironheloisa@gmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8538-395X>



understood as a foundation to establish connections between healthy eating and social environmental responsibility in youngster formation in schools. We work with the idea of promoting already existent public policies in a context of Brazil's basic education lag, as well as bringing discussions on rural development facilitated by PNAE through the incentive of family farming. This article proposes, as its conclusive part, to utilize this tool in the process of multidisciplinary knowledge formation, food inclusion, and finally political, social and environmental debates.

Keywords: *Basic education. PNAE. Social environmental responsibility. School eating.*

PNAE como herramienta pedagógica para promover la salud en la educación básica de los jóvenes brasileños

Resumen: *PNAE es una política pública que tiene como objetivo proveer acceso, inclusión y seguridad alimentaria a los estudiantes de primaria y secundaria a través de acciones de educación nutricional en las escuelas públicas. El surgimiento de patologías evitables y degradación ambiental se hace más evidente en Brasil, que podría minimizarse con el intercambio de prácticas educativas y conocimientos entre generaciones de estudiantes. Así, el ensayo propone traer reflexiones sobre la importancia del PNAE como política pública enfocada en el contexto alimentario, siendo una base para establecer vínculos con la alimentación saludable y la responsabilidad socioambiental en la formación de los jóvenes en las escuelas. Trabajamos con la idea de promover políticas públicas que ya existen en un contexto de rezago de la Educación básica en Brasil, además de generar discusiones sobre el desarrollo rural facilitado por el PNAE a través del incentivo a los agricultores familiares. El artículo propone, también como conclusión, utilizar esta herramienta en el proceso de formación del conocimiento multidisciplinario, la inclusión alimentaria y los debates políticos sociales y ambientales.*

Palabras clave: *Educación básica. PNAE. Responsabilidad socioambiental. Alimentación escolar.*

1 Introdução

A alimentação vem sofrendo diferentes transições nos últimos anos, desde a sua ocidentalização até a sua transformação político-social atual. Se antes passamos pelo período de desnutrição para a obesidade na população mundial, hoje já existem diversas abordagens nutricionais que variam desde dietas restritivas até padrões alimentares diferentes. Especialmente para o Brasil, que possui um grande território e, conseqüentemente, diferentes alimentos, climas e culturas, a individualidade alimentar vai além dos macronutrientes já conhecidos. Em consideração a esse fator, o Ministério da Saúde desenvolveu o Guia Alimentar para a População Brasileira, que cita os 10 passos para uma alimentação saudável de acordo



com as particularidades de cada indivíduo, considerando as regiões do Brasil e relembrando o acesso e a inclusão alimentar como direitos básicos da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). O guia se baseia em diversas políticas públicas que foram implementadas no decorrer dos anos, sendo duas delas o Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da educação, instituída em 2007, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fundamenta e torna possível o acesso à alimentação saudável para jovens brasileiros. Dando ênfase ao PNAE, o programa além de fornecer a alimentação escolar, realiza ações de educação alimentar e nutricional, oferecendo aos estudantes da educação básica pública informações sobre saúde, meio ambiente, agricultura e valorização da cultura local. Ele está vinculado à política pública segundo a Emenda Constitucional (EC) nº 59/09, que fixou a obrigatoriedade da educação básica para a população entre quatro e dezessete anos de idade.

Muito além de diagnóstico e tratamento, os órgãos de apoio à saúde pública desenvolvem muitas questões que se relacionam à prevenção de patologias existentes - físicas ou psicoemocionais - e desempenham papel fundamental na autonomia alimentar do indivíduo. Em âmbito educacional, ensinar e incentivar os jovens a uma alimentação nutricionalmente adequada é imprescindível para que se tenha um melhor envelhecimento populacional, ampliando o acesso à saúde básica, minimizando o impacto ambiental, diminuindo a incidência de casos patológicos e, conseqüentemente, também os custos com demais serviços públicos como o SUS (ARAÚJO *et al.*, 2017). Assim, o resgate e a valorização da nossa cultura alimentar, o incentivo à produção e ao consumo de alimentos mais saudáveis (com preferência aos localmente disponíveis - cereais, leguminosas, frutas e vegetais), associados à formação de hábitos alimentares saudáveis, precisam constituir prioridades no setor de saúde e dos demais setores públicos envolvidos com a questão.

Concomitantemente, o desenvolvimento de uma alimentação mais saudável, inclusiva e local incentiva o cultivo de alimentos autóctones que permitem uma melhor produção e manutenção da biodiversidade em cada região do Brasil, minimizando os impactos socioambientais já existentes. Dessa forma, é evidente a interligação entre todas as áreas que permeiam a saúde, o meio ambiente, a agricultura e as políticas públicas. Especificamente em relação ao meio ambiente, caminhamos por estradas tenebrosas em meio à crise climática global atual. Apesar de não ser a abordagem central do ensaio, fica inevitável citar tais mudanças



ambientais que estão em consonância com a nossa alimentação e, ainda, com o solo que nos produz o alimento. Estamos cercados de angústia por vermos o solo ruir aos nossos pés (LATOUR, 2020). É preciso aterrar, porque não há outro território que possamos ocupar, compartilhar e sobreviver, para chamarmos de casa. As problemáticas da pós-modernidade, como a globalização e os impactos da modernização, mostram que os países ditos colonizadores não souberam utilizar com sapiência os recursos naturais extraídos no Novo Mundo, trazendo problemas que refletem no tempo presente (LATOUR, 2020).

Ademais, a educação no Brasil sofre com muitas dificuldades enraizadas, desde a construção do currículo e das propostas pedagógicas até o sucateamento da educação e, conseqüentemente, das políticas públicas vinculadas a isso. A escola torna-se, então, um local fundamental de construção de saberes e de práticas relacionados a uma alimentação saudável e acessível de acordo com a sua região, reafirmando a importância de políticas públicas de caráter alimentar e socioambiental para os jovens (CAMOZZI *et al.*, 2015). Matérias como Geografia, História, Biologia, Matemática, podem diversificar seus projetos escolares para atividades que interajam com a alimentação, auxiliando o jovem no entendimento de que comer, assim como educar, é um ato político e que envolve muitas realidades até chegar ao seu prato. Sendo assim, a partir desse ensaio, pretende-se fomentar o PNAE como política pública de caráter alimentar a ser abordada em sala de aula como tema transversal, ressaltando a importância da alimentação saudável e da relação do educando com o meio socioambiental, servindo de ferramenta para o professor criar suas próprias intervenções na prática educativa com os jovens.

2 O progresso das políticas públicas de cunho alimentar no Brasil: alimentação saudável e acessível como base para construção do conhecimento

O cenário brasileiro de políticas públicas relacionadas à oferta de alimentação escolar no Brasil iniciou-se na década de 1920. Nesse momento, em São Paulo, o “Instituto de Hygiene” foi o grande nome na implementação de métodos de pesquisa e propostas de políticas públicas de cunho alimentar (PEIXINHO, 2011). Na década de 1930, como o geógrafo Josué de Castro (1984) discute em seu livro *Geopolítica da Fome*, a problemática da fome nesse período nos traz questões acerca da subnutrição devido à escassez de alimentos. Além disso, o autor reflete sobre a dificuldade de falar da fome como problemática social cotidiana, vendo-a como um



problema de ordem social. A fome, segundo Castro, é uma decisão política.

Com o assunto da subnutrição crescendo no país, o Ministério da Educação e Saúde Pública realizou a Campanha Nacional pela Alimentação da Criança, em 1935, implantada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância, o que forneceu a base para instruir o início da alimentação na escola, vista como uma obrigação oficial e não da iniciativa privada (PEIXINHO, 2011). Entretanto, somente nos anos 1950 foi elaborado um plano denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, pioneiro no planejamento da alimentação escolar a partir de novas políticas públicas de suplementação alimentar materno-infantil, entre elas a alimentação para a educação pré-escolar (PEIXINHO, 2011). O plano contou com o auxílio financeiro da UNICEF, que possibilitou a distribuição do excedente de leite em pó. Em 1952, foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Alimentação, pela Comissão Nacional de Alimentação, denominado Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil (PEIXINHO, 2011). A partir dele, várias ações iniciaram-se no país com o objetivo de implantá-lo e, para isso, se constituíram comissões multidisciplinares formadas por médicos, nutricionistas, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros.

Em 1979 o programa passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurado como essencial através da Constituição de 1988, e como provedor público de direito à alimentação escolar; se desenvolvendo de maneira centralizada, com cardápios, aquisições alimentícias e distribuições feitas pelo órgão gerenciador. Em 1994, ocorreu uma mudança através da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar (BRASIL, 1994), quando foram firmados convênios com os municípios e com as Secretarias de Educação dos estados, passando a ser responsabilidade destes o atendimento dos alunos sob suas respectivas tutelas. A partir desse momento, os recursos começaram a ser gerenciados de forma descentralizada pelos estados e municípios (PEIXINHO, 2011). Essa descentralização nos sugere que o PNAE busca fortalecer a economia local e seu desenvolvimento, incentivando municípios, gestores dos estados e Distrito Federal a comprarem os alimentos de produtores locais, fomentando os alimentos regionais e também o agricultor familiar que, conseqüentemente, traz desenvolvimento para o campo (PEIXINHO, 2011). Segundo Peixinho, cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são advindos da agricultura familiar.



Conforme Troian *et al* (2020), o Estado do Rio Grande do Sul tem posição de destaque no cenário nacional por ter destinado, no período entre 2011 e 2016, a maior porcentagem (24,9%) dos recursos alocados do PNAE para a agricultura familiar. Percebe-se, no entanto, que este percentual está abaixo do estabelecido por lei, ainda que os autores tenham observado uma tendência de aumento da destinação desses recursos nos municípios do Estado.

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Sendo assim, institui como diretrizes da alimentação escolar: alimentação saudável e adequada, que orienta o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis - contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; a educação alimentar e nutricional, inserida no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando os temas alimentação, nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; a universalização, que atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica; a participação social, que favorece o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); o desenvolvimento sustentável, que incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos; e, por fim, o direito à alimentação escolar, que visa a segurança alimentar e nutricional dos alunos de forma igualitária, respeitando as suas diferenças biológicas, desde idade ou condições de saúde, incluindo os que possuem necessidades específicas ou que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Em algumas regiões brasileiras observa-se que o PNAE, além de fornecer o acesso à alimentação nas escolas, contribui para a promoção de hábitos alimentares regionais, nos quais 38,0% a 86,5% do cardápio escolar contém pelo menos uma preparação regional no período de uma semana. Entre as regiões, destaca-se a Sul, com 86,5% dos cardápios contemplando as preparações regionais, seguida das Regiões Nordeste e Sudeste, com 84%. As regiões Centro-



Oeste e Norte não desenvolvem as preparações típicas na mesma periodicidade, contendo, respectivamente, apenas 59,3% e 38% de preparações regionais no cardápio (CHAVES *et al.*, 2009). Esses dados refletem o cumprimento do princípio de respeito aos hábitos alimentares, das práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudável preconizados pelo PNAE e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira. O cultivo de produtos autóctones permite o fomento à diversidade agrícola e à manutenção da fauna e da flora, sem destruição e mudanças desastrosas das condições climáticas. A adoção de modos de vida saudáveis precisa fundamentar-se ainda no resultado da harmonia entre o meio ambiente e o indivíduo que habita determinada região. Esse é um dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), aprovada em 1999, que considera a conservação do meio ambiente como importante determinante da qualidade de vida e de saúde dos indivíduos e coletividades (BRASIL, 1999).

O programa busca atender toda a educação básica, desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos matriculados em escolas públicas ou filantrópicas, ou até mesmo entidades comunitárias vinculadas ao poder público. Para o PNAE, a alimentação deve ser considerada um alicerce de base para o estudante alcançar seus objetivos educacionais, sendo a formação de hábitos alimentares saudáveis uma porta de acesso para um melhor rendimento escolar. O programa é conhecido mundialmente por seu sucesso na alimentação escolar e, apesar de possuir um pequeno repasse de valores pela União (R\$ 0,36 no dia letivo por aluno do ensino fundamental e médio), garante as refeições principais dos estudantes. Tal ponto é de extrema importância no contexto atual do país, quando mais de 52 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019) e não possuem a estrutura básica necessária que possibilite sua autonomia social. De acordo com o Ministério da Educação, a promoção e implementação da alimentação saudável em ambiente escolar considera múltiplos focos de atuação educacional, não se resumindo apenas à oferta de uma alimentação de qualidade ou à realização de ações educativas sobre alimentação e nutrição. Tal abordagem considera a renda familiar, a cultura, as questões socioambientais, geográficas e financeiras de cada família, e traz em pauta, também, a preocupação com a saúde em países desenvolvidos - onde o excesso de peso (POPKIN, 2001) ultrapassa os 50% da população mundial. A obesidade, caracterizada nos dias de hoje como uma epidemia global (WHO, 2003),



também já atinge uma prevalência superior a 14% nas crianças brasileiras, aumentando sua importância na saúde pública (FERNANDEZ *et al.*, 2016). De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de crianças obesas na faixa etária de 5 a 9 anos de idade aumentou drasticamente nos últimos anos, sendo que os meninos apresentaram um aumento de mais de 300% - indo de 4,1% em 1989 para 16,6% em 2008 (ABESO, 2017). Quando incluímos os adolescentes até 19 anos, o número de obesos em todo o mundo aumenta em dez vezes nas últimas quatro décadas e, se as tendências atuais continuarem dessa forma, haverá mais crianças e adolescentes com obesidade do que com desnutrição moderada e grave em 2022 (NCD-RisC, 2017).

É de conhecimento comprovado que fatores ambientais e comportamentais são etiologias que influenciam o desenvolvimento de doenças crônicas evitáveis – incluindo a hipertensão, o diabetes tipo 2 e a dislipidemia (SILVA-DEL VALLE *et al.*, 2013). Temos como exemplo da importância do acesso à educação e à prevenção de patologias, a criação de programas públicos de caráter alimentar e a distribuição da prevalência de diabetes (hba1c $\geq 6,5\%$ ou medicação ou autorreporte) na população residente em Portugal, com idade entre os 25 e 74 anos, de acordo com o nível de escolaridade. De acordo com o Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF, 2016), a taxa de prevalência do diabetes tipo 2 diminuiu de 20,1% para 6,9% quando comparados grupos sem acesso ou acesso apenas ao primeiro ciclo do ensino básico e grupos com acesso ao 2º e 3º ciclo do ensino básico.

No caso brasileiro, estima-se que só em 2018 os gastos do SUS com hospitalizações, procedimentos ambulatoriais e medicamentos relativos a essas doenças foram de 3,45 bilhões de reais (R\$) (IC95%: 3,15 a 3,75), mais de 890 milhões de dólares (US\$). Desses custos, 59% foram referentes ao tratamento da hipertensão, 30% ao do diabetes e 11% ao da obesidade. Considerando, ainda, que a obesidade é um dos principais fatores de risco para a hipertensão e o diabetes, os custos atribuíveis a essa patologia chegaram a R\$ 1,42 bilhão (IC95%: 0,98 a 1,87) - 41% dos custos totais (NILSON *et al.*, 2020). Além dos gastos relacionados diretamente aos sistemas de saúde, tais patologias ainda impactam negativamente a economia nacional no aumento da mortalidade precoce, das aposentadorias precoces e do absenteísmo (CHAVES *et al.*, 2009). Assim, torna-se indubitável a necessidade de priorizar medidas preventivas - desde



caráter individual, familiar e comunitário até as que influenciam os ambientes, em particular as escolas e sistemas alimentares.

É importante ressaltar que o direito humano à alimentação está expresso na Emenda Constitucional nº 64, artigo 6º, que já prevê como direitos básicos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança e a proteção à maternidade e à infância. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN), de 1996, é garantido também ao cidadão brasileiro, como dever do Estado com a educação escolar pública, o atendimento alimentar ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de alimentação. Hoje, a alimentação escolar é uma importante política pública presente nos 55.565 municípios, 26 estados e no DF, revelando-se estratégia fundamental de desenvolvimento sustentável em diferentes esferas, seja local, regional, nacional ou internacional. São objetivos principais a contribuição para a aprendizagem e o rendimento do aluno com a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais diárias de, no mínimo, 15% durante a permanência na escola; realizar a educação nutricional integrada ao projeto pedagógico; dinamizar a economia local respeitando os hábitos e vocação agrícola na região; e contribuir para o alcance das diferentes dimensões da sustentabilidade, na intenção de formar hábitos saudáveis e sustentáveis das crianças e jovens beneficiários e suas famílias.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a saúde configura-se como tema transversal, visto sua relação direta com a realidade dos educandos e a urgência para que sejam discutidas soluções e alternativas nesse aspecto da vida humana, tanto para o bem-estar do sujeito, quanto para o contexto social. Nesse documento, a alimentação insere-se na temática saúde, primeiramente, como necessidade básica de qualquer cidadão. Ademais, a promoção de hábitos saudáveis - incluindo a alimentação - são medidas protetoras da saúde a serem garantidas a todos e, no âmbito escolar, discutidos, não em caráter de ditar regras, mas de oferecer informação e espaço para o diálogo e a reflexão (BRASIL, 1998).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece a educação alimentar e nutricional como tema contemporâneo transversal, assim como a educação ambiental e a educação para o consumo, que, como temas transversais, podem ser inseridos na prática pedagógica de forma intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Cabe a todas as disciplinas, em todos os níveis e modalidades de ensino, abordar esses temas de forma contínua



e contextualizada (BRASIL, 2019).

Além da inserção no currículo formal, a alimentação escolar faz parte do "currículo em ação" da escola, ou seja, do conjunto de práticas e valores adquiridos na participação no cotidiano escolar e não como uma disciplina ou conteúdo específico (GERALDI, 1994). Como relatam Triches e Scheneider (2010), a inserção de produtos naturais provenientes da agricultura familiar na merenda escolar ocasiona uma mudança nos hábitos alimentares dos educandos, possibilitando um aumento no consumo de alimentos mais saudáveis.

Dessa forma, a educação se estabelece pelas entranhas de todos esses assuntos, permeando a vida dos jovens, mesmo que muitas vezes de forma não reconhecida por eles. Carlos Roberto Jamil Cury, filósofo e professor brasileiro, menciona em seu texto *A gestão democrática na escola e o direito à educação* que:

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam "cidadãos ativos" participantes da sociedade como profissionais compromissados (CURY, 2007, p.489).

Pensando como essas políticas públicas afetam o cotidiano dos jovens, trabalhando a juventude conforme José Machado Pais, em seu texto *A construção sociológica da juventude*,

Uma categoria socialmente manipulada e manipulável, e como refere Bourdieu o fato de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação (PAIS, 1990, p.140).

Conforme a análise de José Machado Pais, os jovens são uma unidade social manipulável e, em meio ao aumento do acesso à informação e das tecnologias que caracterizam a sociedade em que vivemos, consomem uma grande quantidade de informação a todo momento. Isso também se relaciona com a forma como a comida está presente na vida de cada um, já que com o aumento dos aplicativos de celulares para pedir comida, o acesso a grandes redes de *fastfood* e o baixo custo de alimentos ultraprocessados, viver cercado de comida não saudável é uma realidade. Conforme um estudo realizado pelo IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 87% dos comércios pesquisados vendem comida industrializada não



saudável, conhecida também como ultraprocessada. Além disso, foi relatado na pesquisa do IDEC que, em áreas de média e baixa renda, há 22 vezes mais estabelecimentos que priorizam a venda de ultraprocessados, utilizando assim o conceito de “pântanos alimentares”, que são locais onde se predomina a venda de produtos altamente calóricos e com poucos nutrientes. Isso impacta no cotidiano dos brasileiros agravando problemas como obesidade, hipertensão e diabetes, além de ampliar ainda mais a desigualdade social.

Nesse sentido, pensar em juventudes também é uma busca para compreender as especificidades dos jovens, que vivem uma fase da vida onde se encontram com diversas aflições. Segundo Dayrell (2007, p.1106), essas aflições, tensões e desafios - principalmente em relação ao ambiente escolar - “são expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações”, mediando também a produção social do espaço e dos indivíduos que o compõem. O jovem que ocupa os espaços de escolas públicas hoje vem com uma “condição juvenil” (DAYRELL, 2007, p.1108), trazendo vivências e experiências de seu espaço geográfico que também podem se traduzir em suas relações com a escola na medida em que essa condição social condiz com um estado perante a sociedade que, muitas vezes, é de vulnerabilidade. Para muitos jovens, o PNAE representa, além da alimentação do dia, o acolhimento psicossocial relacionado a diversos fatores culturais e ambientais que podem ser praticados em âmbito escolar. Ir para a escola significa comida na mesa, ressaltando que comer é sim um ato político, pois envolve questões sociais e financeiras.

3 O PNAE, a valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento do campo

O PNAE impacta diretamente a vida das famílias que praticam a agricultura familiar ao se constituir como uma política pública de construção de mercado para este segmento social (TROIAN *et al.*, 2020). A centralidade dada à agricultura familiar por esse programa reflete um movimento de reconhecimento do seu protagonismo na produção de alimentos no país (BECKER E SACCO, 2015). Cabe ressaltar, também, que a agricultura familiar corresponde a uma categoria heterogênea no que diz respeito à renda, grau de especialização e acesso à terra, porém agrupada pela singularidade de utilizar primariamente a mão de obra familiar na sua



produção (TROIAN *et al.*, 2020).

A agricultura familiar se insere no contexto do campo brasileiro interligada a um projeto de desenvolvimento rural que preconiza a formação de territórios camponeses com a valorização das suas formas de produção e de organização, o incentivo à criação de espaços de convivência e a produção baseada no trabalho cooperativo. Deste modo, contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento baseado na concentração de terras para a produção de mercadorias para exportação, representado pelo agronegócio (MOLINA E FREITAS, 2011).

A agricultura familiar é vista como o espaço preferencial para consolidar os pilares da sustentabilidade (BECKER E SACCO, 2015). Dentre as práticas agrícolas que levam em conta o aspecto ambiental, podemos citar a agroecologia: uma ciência que se inspira no funcionamento dos ecossistemas naturais para a organização e gestão da produção agrícola. Ela não se constitui como uma forma de produção, mas sim como um arcabouço teórico para o fazer agrícola (ALTIERI, 2010). Nesse sentido, o PNAE possui uma importante política de promoção da produção agroecológica, oferecendo um acréscimo de até 30% ao valor de mercado nos produtos provenientes destes agrossistemas (TROIAN *et al.*, 2020).

A ideia da agroecologia é produzir um modelo que seja socialmente justo, viável e sustentável; criar um relacionamento com a natureza que não seja individualista e que preze pela solidariedade. A sustentabilidade do agrossistema é atingida na medida em que o próprio sistema provê os insumos para seu desenvolvimento, ou seja, torna-se autossuficiente no que diz respeito a insumos energéticos e agroquímicos (ALTIERI, 1998), sendo uma forma de agricultura que não utiliza agrotóxicos. Os insetos, por exemplo, são residentes daquele *habitat* e formadores do ecossistema, não sendo preciso eliminá-los para realizar a produção. O intuito é fortalecer a planta para que ela se torne mais resistente aos insetos, além de manter a integridade do solo, da sua fauna e da cobertura vegetal associada (PRIMAVESI, 2003).

Tão importante quanto o caráter ambiental da agroecologia é o seu aspecto humano, visto que a prática da agricultura é um processo social e que envolve relações pessoais e econômicas. A ideia da sustentabilidade visa também atingir essas etapas da produção para humanizá-la, tornando-a mais justa e digna. Quem pratica agroecologia no Brasil são os agricultores familiares, indígenas e quilombolas, beneficiários da reforma agrária, e não as grandes propriedades e seus monocultivos. Dessa forma, a agroecologia relaciona-se ao modelo



de desenvolvimento do campo que pressupõe a valorização da diversidade de modos de ser no mundo presente nesse espaço, o que posiciona este campo do conhecimento dentro do âmbito político, na medida em que aqueles que a praticam constituem-se em grupos sociais marginalizados pelo modelo atual de desenvolvimento (ALTIERI, 2010).

As iniciativas observadas no PNAE em relação ao incentivo à agricultura familiar e à agroecologia são de extrema importância em um cenário socioambiental como o observado no campo brasileiro. O Brasil figura, desde 2008, como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, além de permitir o uso de agroquímicos proibidos em outros países, como aponta a Associação Brasileira de Saúde Coletiva em seu dossiê: “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (CARNEIRO, 2015). Além disso, o renomado geógrafo Josué de Castro (1984) nos traz apontamentos importantes para refletir sobre questões que vão ao encontro da agroecologia. Segundo o autor, podemos ver a fome como uma consequência do neoliberalismo, onde os monopólios agroalimentares - como os grandes latifúndios de soja no Brasil - geram ainda mais fome, não possibilitando uma distribuição justa das terras. O aumento da produção poderia ser através da expansão agrícola por novas terras e diferentes tipos de solo. Algumas plantas e animais são máquinas vivas de fabricar alimentos e, segundo Josué (1984), máquinas que podem ser aperfeiçoadas.

O Brasil é um vasto território dividido em regiões que produzem os alimentos condicionados ao seu próprio clima. O que diferencia o território na questão de alimentação são exatamente as múltiplas dietas regionais encontradas pelo Brasil. Logo, cada região do país possui seus recursos típicos e seus produtos regionais que, segundo o autor, refletem nos habitantes em suas características biológicas. Por sua vez, Castro (1984) escreve que as regiões Norte, o litoral Nordeste e parte do Sudeste sofrem de fome endêmica. Assim, a produção de alimentos e as diferentes visões de mundo nos auxiliam na produção das relações sociais constituídas na produção e no acesso aos alimentos.

Logo, quando isso não está em consonância, Castro (1984) usa a terminologia de erosão da riqueza humana, provocada pela fome e desnutrição, já que a fome não é imposta pela natureza. O homem pertence à terra, mas a terra não pertence ao homem. A ação comunicacional se dá como uma verdadeira negociação social simbólica de signos, na qual constroem-se valores entre as relações interpessoais e entre o homem e as coisas. Quanto mais



proximidade os indivíduos possuem, mais intensidade tem a sua relação, que é construtora de solidariedade e identidade. A sociedade “será tanto mais intensa quanto maior a proximidade entre as pessoas envolvidas” (SANTOS, 2017, p.317).

Nesse sentido, abordar o PNAE em sala de aula permite o desdobramento de discussões e reflexões nos âmbitos socioambiental, cultural e político, que podem ser relacionados com uma série de componentes curriculares. Assim, essa política pública pode ser abordada como tema transversal em sala de aula, especialmente relacionada aos temas contemporâneos transversais estabelecidos na BNCC, da educação alimentar e nutricional, educação ambiental e educação para o consumo, já mencionados neste artigo.

4 Considerações Finais

O PNAE, como uma política pública no contexto alimentar, atinge diferentes setores da sociedade, desde aqueles responsáveis pela produção dos alimentos e o ambiente onde a produção ocorre até os seus consumidores, as crianças e os jovens em escolas públicas. Para os produtores, especialmente os agricultores familiares, estabelecer a obrigatoriedade da compra de seus produtos em uma determinada porcentagem, atua em prol do desenvolvimento do campo enquanto espaço cultural e socialmente heterogêneo. No ambiente, ao criar um mercado institucional para a venda de produtos da agricultura familiar e estabelecer um valor de compra maior para produtos agroecológicos e orgânicos, torna-se possível possibilitar as condições materiais para que sejam expandidas essas formas de produção de caráter sustentável. E, no que diz respeito aos consumidores, o plano atua no fomento da alimentação saudável e nutritiva, assim como na aplicação de uma educação alimentar e nutricional no contexto escolar.

Para que haja uma educação libertadora, precisamos da criação de um espaço de coletividade, troca de experiências e de conhecimentos. Aquele que se julga autossuficiente esquece que a existência é um ato coletivo (FREIRE, 1970). Quando estamos em sala de aula podemos utilizar de nosso papel como professor para, junto dos jovens, construirmos e debatermos novos caminhos para uma educação libertadora de ideias e pensamentos conservadores, e isso se dá também no âmbito da alimentação. O espaço de diálogo depende essencialmente do professor para que os alunos compreendam em quais políticas públicas estão



inseridos e de onde vem a alimentação que está no seu prato. O diálogo é a porta de entrada para o aluno compreender seu papel na formação cidadã. Para Paulo Freire (1996, p. 25), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Logo, pensando na educação alimentar dos jovens, o professor pode utilizar o PNAE como ferramenta para abrir possibilidades de trabalhos que nos auxiliem na construção de uma alimentação saudável para também usufruirmos de uma mente saudável e, assim, aumentar as possibilidades de autonomia alimentar para os jovens.

Além disso, ele também pode ser aproveitado como uma ferramenta já existente no processo de formação de saberes multidisciplinares, inclusão alimentar e debates político sociais e ambientais. Pois, desenvolver ações na área da prevenção primária, promovendo a capacitação e criando articulação intersectorial, é de extrema importância para fornecer o acesso correto à informação e à saúde relacionados a uma alimentação adequada e inclusiva. Sendo assim, pensar no currículo como algo não estático e também não como sequência de disciplinas, mas sim de trocas e ampliação de conhecimentos práticos, torna-se uma forma de compreender o universo que envolve todas as questões curriculares para a realização das tarefas diárias do professor. Dessa forma, podemos criar relações transformadoras dentro e fora do ambiente escolar, buscando propostas que vão ao encontro de uma formação crítica.

O objetivo deste artigo é instigar reflexões nos leitores, sem pretensão de aprofundar todos os aspectos do desenvolvimento do campo, tampouco sobre questões ambientais. O exercício reflexivo que se busca transcrever neste ensaio é em volta da alimentação saudável, possível e contemplada no papel por diversas leis como direito básico, atrelada a um desenvolvimento sustentável do planeta e em harmonia com aquilo que se acredita ser primordial: a terra.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. Diretrizes brasileiras de obesidade [online]. ABESO; 2017. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.



ALTIERI, Miguel. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. *Revista Nera*, n. 16, p. 22 - 32, 2010.

ARAÚJO, Aillen; FERREIRA, Vanessa Alves; NEUMANN, Dora; MIRANDA, Lucilene Soares & PIRES, Ivy Scorzi Cazelli. O impacto da educação alimentar e nutricional na prevenção do excesso de peso em escolares. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo. v.11. n.62. p.94-10. Mar./Abril 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. *Diretrizes brasileiras de obesidade*, São Paulo, SP. 2017.

BARRETO, Marta; KISLAYA, Irina; GAIO, Vânia, et al. Prevalence, awareness, treatment and control of diabetes in Portugal: Results from the first National Health examination Survey (INSEF 2015). *Diabetes Res Clin Pract* 2018; 140.

BECKER, Cláudio; SACCO, Flávio dos Anjos. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. *Rev. Fac. Agron. La Plata*: v 114, n.1, p. 143-152, 2015.

BRASIL, Lei nº 8.913, de 12 de junho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília.

BRASIL. Ministério da educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Proposta de Práticas de Implementação*. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Temas Transversais - Saúde*. Brasília: MECSEF, 1998.

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici; MONEGO, Ida Estelamaris Tronco; MENEZES, Helena Carvalho Francescantonio, SILVA, Priscila Olin. *Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?* Rio de Janeiro: Cad. Saúde Colet., 23 (1): 32-7, 2015.



CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da educação*, vol. 23, n.3, p. 483-495. Set./Dez. 2007.

CHAVES, Lorena Gonçalves; MENDES, Paula Nascente Rocha; DE BRITO, Rafaela Ribeiro; BOTELHO, Raquel Braz Assunção. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 22, n.6, p. 857-866, Dez. 2009.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128. Out. 2007.

DESERTOS alimentares no Brasil. Alimentando Políticas. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/03/idec-desertos_alimentares-infografico-web.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

FERNANDEZ, Mônica; TOIMIL, Rosana Farah; RASSLAN, Zied; ILIAS, Elias Jirjoss; GRADINAR, Ana Lúcia Torloni, MALHEIROS, Carlos Alberto. Assessment of body fat in obese patients preoperatively for bariatric surgery. *Arq Bras Cir Dig.* 29(Suppl 1): 59–61. 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia. Currículo em Ação: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. *Pro-posições*, v.5, n.3, p. 111 - 132, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 28 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE, IP. 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): relatório metodológico. Lisboa: INSA IP, 2016.

LATOURE, Bruno. *Onde aterrizar?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de A. Avanços e desafios na construção da educação do Campo. *Em Aberto*. Brasília: v.24, n.85, p.17-31, 2011.



Cadernos do Aplicação
<https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao>
Publicação Ahead of Print
ISSN 2595-4377 (online)
Porto Alegre | jul-dez. 2021 | v.34 | n.2

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes; ANDRADE, Rafaella da Costa Santin; DE BRITO, Daniela Aquino; DE OLIVEIRA, Michele Lessa. Costos atribuibles a la obesidad, la hipertensión y la diabetes en el Sistema Único de Salud de Brasil. *Rev. Panam. Salud Publica* 44, Maio, 2020.

NCD Risk Factor Collaboration - NCD-RisC. Worldwide trends in body-mass index, underweight, overweight, and obesity from 1975 to 2016: a pooled analysis of 2416 population-based measurement studies in 128.9 million children, adolescents, and adults. *Lancet*. 16; 390 (10113): 2627-2642. Dec. 2017.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. In: *Análise Social*, vol. 25, n. 105-106, 1990, p.139-165.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. *Um resgate histórico do programa nacional de alimentação escolar – PNAE*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, 133p. 2011.

POPKIN, Barry. *The Nutrition Transition and Obesity in the Developing World*. The Journal of Nutrition, p. 131 (3), 2001.

PRIMAVESI, Ana. Agroecologia: solo - planta - água - nutrição - saúde. *Anais do Encontro de Agroecologia*, p. 1 - 21, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA-DEL VALLE, Miguel Angel; SÁNCHEZ-VILLEGAS, Almudena; SERRA-MAJEM, Lluís. Association between the adherence to the Mediterranean diet and overweight and obesity in pregnant women in Gran Canaria. *Nutr Hosp*. 28: 654-659, 2013.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde Soc*. São Paulo: v.19, n.4, p.933 - 945, 2010.

TROIAN, Alexandre; TROIAN, Alessandra; OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos; PEREIRA, Josiane Castro. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n.3, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Global strategy on diet, physical activity and health. 2003. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Data de submissão: 30/01/2021

Data de aceite: 25/05/2021

DOI: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.111189>